Comunicação ambiental na década de 1960: o pioneiro "Boletim CICPAA"[1]

Antonio de Andrade[2]

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.

Resumo

A CICPAA (Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar) teve origem na primeira metade da década de 1950, tendo por propósito enfrentar problemas ambientais surgidos nos municípios da então denominada Região do ABC[3]. Quando de sua criação foram definidas cinco subcomissões temáticas, entre elas uma voltada à educação e divulgação. Foi no âmbito da última que surgiu o Boletim Cicpaa, primeiro órgão brasileiro de comunicação, educação e divulgação de informações sobre o controle e preservação ambiental. A presente comunicação desenvolve uma análise de conteúdo dos exemplares publicados utilizando-se metodologia de análise de conteúdo (empírica) de acordo com as proposições de José Marques de Melo em: "Estudos de Jornalismo Comparado" e "Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras".

Palavras-chave: Cicpaa; Boletim Cicpaa; Educação Ambiental; Comunicação Ambiental; Região do ABC.

Texto do trabalho

Em dezembro de 1954 entrava em operação a "Refinaria Exploração de Petróleo União S.A.", localizada na divisa entre os atuais municípios de Santo André e Mauá[4], em curto espaço o nível de degradação do Rio Tamanduateí atingiria nível crítico, em decorrência do despejo incontrolado de poluentes industriais ao longo de seu leito. Os efeitos seriam danosos, inclusive para diversas e importantes indústrias que se utilizavam das águas desse manancial em seus processos produtivos. Além dos inúmeros despejos

---

[1] Trabalho apresentado no GT Comunicação e Saúde do PENSACOM BRASIL 2017.

[2] Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Comitê Científico da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Em agosto de 1965 foi contratado na função de técnico-químico pela CICPAA, posteriormente incorporada à CETESB, nela permanecendo até sua aposentadoria em janeiro de 1992.

[3] Até meados de 1953 a então denominada Região do ABC era constituída pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Em 19 de março ocorre a emancipação de Ribeirão Pires em relação a Santo André. A seguir, em 01 de janeiro de 1955, ocorre o desmembramento de Mauá em relação a Santo André. Diadema separa-se de São Bernardo do Campo em 10 de novembro de 1960 e, finalmente, ocorreu a emancipação de Rio Grande da Serra em relação a Ribeirão Pires em 28 de fevereiro de 1964. Na atualidade os sete municípios compõem a denominada Região do Grande ABC.

[4] A Refinaria de Capuava (RECAP) faz parte do atual Polo Petroquímico, implantado em território administrativamente pertencente ao atual município de Mauá. Sua origem remonta a uma iniciativa dos empresários: Alberto Soares Sampaio, Walter Moreira Salles e Carlos Eduardo Paes Barreto que fundaram a Refinaria Exploração de Petróleo União S.A. cuja operação comercial teve início em 18 de dezembro de 1954. Vinte anos depois, em 3 de junho de 1974, a empresa foi incorporada à Petrobras, dando origem ao primeiro polo petroquímico do Brasil.

industriais, toda bacia hidrográfica sofria ainda o impacto decorrente do intenso e desordenado processo de urbanização que caracterizava a região, redundando no lançamento, sem qualquer forma de tratamento, da totalidade do esgoto doméstico originário de uma população, cuja taxa de crescimento demográfico, situava-se muito acima da média nacional.

Cabe relembrar que na década de 1950 o fornecimento de água potável constituiu o mais forte componente nas reivindicações da população local, que era suprida por reservatórios de pequeno porte, limitada capacidade de armazenamento e tratamento convencional. A utilização das águas da represa Billings, para fins de abastecimento doméstico, embora autorizada pelo governo federal desde julho de 1944, era de alcance limitado, tendo em vista as já citadas carência e limitação nas formas de captação, tratamento e, especialmente, canalização adequada para a distribuição da água potável. Somente a partir de setembro de 1958, quando foi inaugurado o sistema de captação e tratamento localizado no Bairro do Riacho Grande em São Bernardo do Campo, o problema crítico de abastecimento doméstico começou a ser enfrentado com maiores investimentos e tecnologia adequada, assim mesmo atendendo apenas a setores restritos e localizados nas proximidades da área central e comercial dos municípios.

Nos bairros periféricos a utilização de poços domésticos permanecia como regra, constituindo sério problema de saúde pública pois os domicílios, desprovidos de redes de captação de dejetos domésticos, conviviam com a realidade indesejada de proximidade entre poços e fossas precárias. Inúmeras doenças, oriundas de tal situação, permaneciam na liderança das planilhas de controle de atendimento existentes nos postos de saúde e hospitais da região.

Em maio de 1955 o prefeito de Santo André, Fioravante Zampol, e um grupo de representantes das principais indústrias instaladas no município reuniram-se para discutir a situação do Rio Tamanduateí, concluindo pela necessidade da criação de um órgão público que deveria desenvolver estudos e sugerir medidas de controle da degradação ambiental, em todo seu espaço de abrangência, ou seja, deveria o novo órgão público privilegiar estudos e ações em todos os municípios situados no espaço geográfico pertencente à bacia hidrográfica. Surgiria assim a CICPAT (Comissão Industrial de Estudos e Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí), composta por oito membros: um representante do CECPA (Conselho Estadual de Controle da Poluição das Águas); um representante da Prefeitura de Santo André, outro da Prefeitura de Mauá, e mais cinco representantes das principais indústrias.

A CICPAT teve duração curta, pelo fato de não incluir em sua estrutura os demais municípios da região e de ter, como deixava claro sua denominação, uma postura estritamente voltada para controlar os efeitos danosos ocasionados pelos despejos industriais. Apesar das limitações conseguiu a Comissão, entre outros feitos, efetuar um cadastro das principais indústrias poluidoras e concretizar, junto ao governo estadual, uma alteração na classificação da bacia do Tamanduateí para uma categoria mais rígida, fato que possibilitou ao poder público adotar medidas legais no sentido de fiscalizar, punir e exigir ações de controle. Outro avanço importante foi a recomendação aos governos municipais para que fosse adotado um parecer ambiental obrigatório, quando da expedição de licenças de funcionamento para estabelecimentos industriais e que incluísse informações técnicas sobre o potencial poluidor do empreendimento, além do detalhamento de medidas técnicas que seriam adotadas no sentido de amenizar a emissão da carga poluidora.

Em 9 de maio de 1956 a Prefeitura Municipal de Santo André alterou a denominação da CICPAT para CMPT (Comissão Municipal de Controle da Poluição das Águas da Bacia do Tamanduateí), visando ampliar o alcance das ações de controle, além de atrair os demais municípios no sentido de integrar uma ação conjunta. Para presidir o novo órgão foi indicado o engenheiro Antonio Pezzolo, então exercendo o cargo de vice-prefeito de Santo André. Em 27 de novembro de 1957 a CMPT inaugurou em Santo André um laboratório especializado em análises de águas residuais e poluídas. Até então os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos anteriores estavam limitados ao trecho do Tamanduateí situado entre Mauá (onde está localizada a nascente do Rio Tamanduateí) e Santo André.

De imediato a direção da CMPT passou a desenvolver gestões para agregar, em seu espaço de atuação, os municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Dessa forma ficou estabelecida a essência da intermunicipalidade, critério adotado no sentido de uma ação conjunta e cujos objetivos extrapolavam os limites físicos dos municípios. Buscava-se assim a adoção de um moderno conceito de gerenciamento ambiental por bacia hidrográfica, mediado pela atuação conjunta em relação às diversas variáveis do problema e que extrapolavam a questão da poluição pelos despejos industriais e domésticos.

O trabalho de convencimento junto às instâncias burocráticas do poder público foi lento e penoso havendo, sobretudo, a necessidade de concordância da autoridade estadual, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, unidade administrativa à qual competia

legalmente a execução e aplicação das ações de controle ambiental em todo Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que a degradação ambiental crescia em ritmo acelerado seus efeitos danosos passavam a ser sentidos pela população, dando origem às primeiras reclamações, em especial aquelas relacionadas à poluição atmosférica cujos níveis alarmantes atingiam com maior intensidade o município de São Caetano do Sul, local onde estavam instaladas as mais antigas unidades industriais da região, inúmeras remontando ao início do Século XX. A situação pode ser avaliada tendo por base ofício, datado de 19 de maio de 1959, oriundo do Centro de Saúde local e dirigido ao prefeito do município:

> [...] em virtude da poluição maciça do ar atmosférico, fomos solicitados a atender numerosos casos de intoxicação, com sintomatologia predominantemente respiratória, aí se incluindo o desencadeamento de crises asmáticas, rinites e bronquites, provavelmente tóxicas ou alérgicas. Julgamos nosso dever abandonar a posição de expectativa em que nos mantivemos até o momento, adotando posição franca de protesto contrastais abusos que se vêm verificando constantemente.

Durante as negociações comandadas pela CMPT, visando a adesão dos demais municípios, surgiu a proposta da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul para que o futuro órgão incluísse, em seu leque de atuação, o controle da poluição atmosférica. Para tanto o município propunha assumir a responsabilidade de oferecer verbas, instalações, equipamentos e funcionários. Em 16 de agosto de 1960 foi finalmente assinado convênio entre o Governo do estado de São Paulo e as prefeituras da região do ABC, dando origem à CICPAA (Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar).

Em sua primeira estruturação a Comissão foi dirigida por um conselho curador, integrado por um engenheiro indicado por cada um dos quatro municípios (Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul e Mauá); um representante das Unidades Sanitárias de cada município; um representante do governo estadual e três nomes indicados pelas indústrias. Por consenso o nome do engenheiro Antonio Pezzolo foi aprovado para assumir a direção do novo organismo, função que desempenharia até 1971, quando a estrutura funcional e material da CICPAA foi transferida para a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Quando da definição do organograma de funções da CICPAA foram definidas cinco subcomissões técnicas que abrangiam quatro objetivos: controle da poluição da água; controle da poluição do ar; orientação/fiscalização e divulgação educativa. O *Boletim Cicpaa* surgiria no final de 1961 no âmbito dos trabalhos da subcomissão de Divulgação Educativa. Trata-se do primeiro órgão de comunicação, educação e

divulgação de informações sobre temas relacionados à degradação ambiental editado no Brasil e que, ao longo de dezessete edições (quatorze periódicas e três especiais)[5], com tiragem variando entre dois e três mil exemplares, abordaria temas ambientais, apresentaria sugestões de medidas preventivas e corretivas, além de artigos destinados a conscientizar a população sobre temas que, somente duas décadas após, passariam a receber maior atenção por parte dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Os dois primeiros números do *Boletim* não mencionam a data de publicação, contudo o primeiro exemplar deve ter circulado no final de 1961, pois nessa edição é apresentado um resumo do "Plano Técnico Financeiro da Comissão" para 1962. No expediente constava estar instalada a Cicpaa em Santo André, no número 123 da rua Justino Paixão, local onde funcionara anteriormente o pioneiro laboratório de análise de águas, inaugurado em 1957 pela Prefeitura de Santo André. Na mesma edição é apresentado um histórico sobre os problemas ambientais do Rio Tamanduateí e o resumo de uma palestra educativa sobre poluição atmosférica, proferida no Rotary Club de Rudge Ramos.

Em seu segundo número o *Boletim* alertava em editorial[6] para a crescente poluição dos mananciais de abastecimento de água da metrópole paulistana. A matéria com título "A poluição da Guarapiranga ameaça o abastecimento de água em São Paulo" antecipava, em pelo menos uma década, a trágica situação ambiental com a qual passariam a conviver os moradores da área metropolitana de São Paulo, apontando os motivos da degradação:

> [...] crescimento acentuado do número de loteamentos, instalação de numerosos clubes decampo, formação de chácaras com criação de animais, além de agentes químicos de indústrias instaladas recentemente, entre as quais uma fábrica de papel.

É apresentada ainda uma tabela com resultados recentes de amostragens de parâmetros de qualidade das águas do Rio Tamanduateí. É possível verificar que que o oxigênio dissolvido (OD), no trecho entre Santo André e São Caetano, era igual a zero, ou seja, ambientalmente o rio estava morto nesses locais. Notícia de destaque informava do andamento das negociações com São Caetano do Sul no sentido de viabilizar os trabalhos de avaliação da qualidade do ar:

> O prefeito de São Caetano do Sul, Sr. Anacleto Campanella, compreendendo os benefícios que trarão à coletividade os trabalhos da CICPAA, acaba de doar a esta

---

[5] Para a presente comunicação foi utilizada uma coleção completa do Boletim CICPAA, constituída de dezessete exemplares (quatorze regulares e três especiais) disponível no acervo da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

[6] Segundo Marques de Melo "editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa [...] que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem" (MARQUES DE MELO,1985, p.103)

> entidade, em nome da Prefeitura que representa, uma área de 300 metros quadrados. Nesta área, situada no próprio Paço Municipal, será montado novo e moderno laboratório para trabalhos de análise do ar.

O terceiro número (junho de 1962) analisa com maior profundidade a questão dos efeitos da poluição sobre os moradores e trabalhadores expostos a ambientes com elevada concentração de poluentes. A matéria explica que em São Caetano 10,6% dos trabalhadores estão expostos à poeira de sílica ou de quartzo, causadores de silicose, e 5,4%, expostos ao chumbo, agente responsável pelo saturnismo que, juntamente com a silicose, figura entre os causadores de doenças profissionais da maior gravidade. Na mesma edição é dado um alerta para um problema que, vinte anos mais tarde, iria atingir, significativamente, os recursos ambientais no interior do Estado de São Paulo: a destinação e efeitos ambientais dos despejos industriais das usinas de açúcar nos rios do interior paulista.

No exemplar número quatro (agosto de 1962) o *Boletim* retoma o tema dos despejos das usinas de açúcar, alertando para a crescente mortandade de peixes no rio Piracicaba. Exemplo das ações desenvolvidas pela Comissão dizia respeito à busca de apoio internacional para a continuidade e aperfeiçoamento dos trabalhos da Comissão. A publicação reproduz fotos da visita de Jacob Zugman, então exercendo a função de químico-chefe da CICPAA, a entidades similares dos Estados Unidos. Tal visita abriria espaço para a concretização de importantes convênios internacionais, redundando em bolsas de estudos, doação de equipamentos de laboratório, acesso à literatura internacional e assessorias diversas oferecidas pelos principais centros científicos da América do Norte e Europa. Um box inserido na página três, fornece dados estatísticos atualizados sobre os municípios do ABC e Mauá, indicando uma população total de 469.705 habitantes, distribuídos em uma área total de 698 quilômetros quadrados. O número de estabelecimentos industriais, "suspeitos de serem grandes poluidores", era estimado em 873, sendo que 43% destes estavam localizados em São Caetano do Sul.

Em outubro do mesmo ano a edição de número cinco dá continuidade na cobertura do estágio do engenheiro Jacob Zugman nos Estados Unidos, reproduzindo a íntegra do relatório conclusivo da visita, inclusive com sugestões de ações e procedimentos que viriam a ser adotados pela entidade. Na conclusão de seu informe tratava o engenheiro as dificuldades que a CICPAA enfrentaria:

> [...] o combate à poluição do ar é fato recente, somente a partir de cinco anos é que tomou, realmente, impulso mais forte (...); há poucos especialistas no assunto e a bibliografia sobre a matéria é diminuta e falha em dados numéricos, métodos de análise e normas bem definidas.

Na mesma edição é reproduzida uma solicitação, encaminhada à ONU (Organização das Nações Unidas), no sentido de obter apoio internacional, num projeto de curto prazo, no sentido de adoção de urgentes medidas relacionadas ao controle da poluição do ar no ABCM. O pedido seria atendido pela (OMS) Organização Mundial da Saúde, dando origem a um intercâmbio internacional envolvendo apoio técnico, material, financeiro e profissional que transformaria, em curto prazo, a CICPAA num órgão de pesquisas e de controle ambiental reconhecido internacionalmente, estimulando o surgimento de entidades semelhantes em diversos Estados brasileiros.

A sexta edição (dezembro de 1962) enfoca a participação da CICPAA na "Primeira Conferência Latino-americana sobre Poluição do Ar", realizada em Buenos Aires". No evento a direção da CICPAA apresentou relatório minucioso sobre a situação ambiental em sua área de atuação. O primeiro fruto do convenio com a Organização Mundial da Saúde foi a estadia na CICPAA do engenheiro E.T Wilkins que, após circular pelos municípios da região e capital paulista, alertou para a urgente necessidade de ser estudado o efeito da poluição resultante das emissões dos veículos automotores. Foi a primeira vez que o tema, até então ignorado pelas autoridades e entidades brasileiras, foi enfocado cientificamente, antecipando a realidade atual dos principais centros urbanos do país, nos quais tal tipo de poluição superou em quantidade de emissão e efeitos danosos à saúde, aqueles oriundos das emissões industriais.

O sétimo exemplar (fevereiro de 1963) traz um balanço das atividades do órgão no ano de 1962 e o plano de trabalho para 1963. É possível notar, ao longo das edições, a constante preocupação do órgão em apresentar regularmente à comunidade seu balanço. O número de estabelecimentos industriais "suspeitos de serem grandes poluidores" era estimado pela CICPAA em 873, sendo que 43% destes estavam localizados em São Caetano do Sul.

Em outubro do mesmo ano a edição de número cinco dá continuidade na cobertura do estágio do engenheiro Jacob Zugman nos Estados Unidos, reproduzindo a íntegra do relatório conclusivo da visita, inclusive com sugestões de ações e procedimentos que viriam a ser adotados pela entidade. Na conclusão de seu informe tratava o engenheiro as dificuldades que a CICPAA enfrentaria:

> [...] o combate à poluição do ar é fato recente, somente a partir de cinco anos é que tomou, realmente, impulso mais forte (...); há poucos especialistas no assunto e a bibliografia sobre a matéria é diminuta e falha em dados numéricos, métodos de análise e normas bem definidas.

Na mesma edição é reproduzida uma solicitação, encaminhada à ONU (Organização das Nações Unidas), no sentido de obter apoio internacional, num projeto de curto prazo, no sentido de adoção de urgentes medidas relacionadas ao controle da poluição do ar no ABCM. O pedido seria atendido pela (OMS) Organização Mundial da Saúde, dando origem a um intercâmbio internacional envolvendo apoio técnico, material, financeiro e profissional que transformaria, em curto prazo, a CICPAA num órgão de pesquisas e de controle ambiental reconhecido internacionalmente, estimulando o surgimento de entidades semelhantes em diversos Estados brasileiros.

A sexta edição (dezembro de 1962) enfoca a participação da CICPAA na "Primeira Conferência Latino-americana sobre Poluição do Ar", realizada em Buenos Aires". No evento a direção da CICPAA apresentou relatório minucioso sobre a situação ambiental em sua área de atuação. O primeiro fruto do convenio com a Organização Mundial da Saúde foi a estadia na CICPAA do engenheiro E.T Wilkins que, após circular pelos municípios da região e capital paulista, alertou para a urgente necessidade de ser estudado o efeito da poluição resultante das emissões dos veículos automotores. Foi a primeira vez que o tema, até então ignorado pelas autoridades e entidades brasileiras, foi enfocado cientificamente, antecipando a realidade atual dos principais centros urbanos do país, nos quais tal tipo de poluição superou em quantidade de emissão e efeitos danosos à saúde, aqueles oriundos das emissões industriais.

O sétimo exemplar (fevereiro de 1963) traz um balanço das atividades do órgão no ano de 1962 e o plano de trabalho para 1963. Na mesma edição é noticiado que o engenheiro Ricardo Haddad, consultor da Organização Mundial da Saúde, esteve durante três meses no ABC, assessorando a CICPAA e desenvolvendo estudos para a instalação do novo e moderno laboratório resultado do compromisso anterior assumido pela Prefeitura de São Caetano do Sul. Dessa visita proveio substancioso relatório que, devido a sua minuciosa qualidade técnica, implicaria em alterações significativas na estrutura da CICPAA, fazendo com que, cada vez mais e com maior acuidade, suas ações fossem direcionadas à questão da poluição atmosférica.

A íntegra do relatório de Ricardo Haddad foi publicada em número especial do *Boletim,* com o título "La contaminación atmosférica en São Paulo Metropolitano/ Análisis previo del problema y formulación de um programa para su medición y control". Cabe ressaltar a pertinência do engenheiro Haddad ao ressaltar e sugerir enfaticamente a necessidade de ser enfrentada a questão da poluição ambiental como problema de cunho

metropolitano, isso numa época em que a figura administrativa de uma Grande São Paulo sequer era cogitada.

O relatório alertava, inclusive, para a questão dramática da destinação dos resíduos domésticos, que na época eram incinerados a céu aberto, ou mesmo, depositado em lixões situados na periferia das cidades, ocasionando situações altamente danosas ao meio ambiente e à saúde dos moradores. Tratou ainda da questão histórica do lançamento dos esgotos domésticos, sem tratamento adequado, nos córregos e rios da região, ocasionando, além da degradação da qualidade das águas, na liberação para a atmosfera de gás sulfídrico, agravando os efeitos da poluição atmosférica:

> Para fomentar la industrialización Brasil há permitido que la indústria se instale com un mínimo de control. No há habido especial preocupación por las consecuencias para la salud de los operarios ni por la posible contaminación de los cursos de agua ou de la atmosfera.

O documento exprime ainda preocupação com a total falta de critérios ambientais nas autorizações concedidas pelo poder público para a instalação de novos estabelecimentos industriais, não levando em conta, entre diversos outros, os parâmetros meteorológicos típicos da região, onde predominam as correntes aéreas oriundas do oceano e que, após ultrapassarem a Serra do Mar percorrem a Região do ABC, seguindo no sentido da cidade de São Paulo, arrastando as cargas poluidoras para essa direção. Fato típico foi a instalação do Polo Petroquímico de Capuava, situado em região onde predomina entrada dos ventos no sentido Serra do Mar em direção de Santo André. O engenheiro Ricardo Haddad utilizou como subsídio aspectos históricos da região, e que serviriam de advertência e melhor compreensão dos efeitos danosos ocasionados pela poluição atmosférica.

> [...] hace alguns años era tradicional la buena cualidad de las peras producidas en Santo André. Actualmente estes perales ya no producen y están en bastante mal estado, efecto muy probablemente de los contaminantes atmosféricos.

Parte significativa da edição número oito (abril de 1963) é dedicada a transcrever teses internacionais apresentadas na "Primeira Conferência Latino-americana sobre Poluição do Ar", propugnando a adoção de políticas de educação e planejamento como a maneira mais eficiente para reduzir os efeitos nocivos da poluição. Ressalte-se que, somente a partir de 1983, os órgãos estaduais brasileiros, vinculados à temática da proteção ambiental, passaram a contemplar em sua estrutura ações educativas voltadas ao meio ambiente.

O que prevaleceu, após a incorporação da CICPAA à estrutura do poder público estadual em 1971, foi o enfoque declaradamente burocrático-tecnicista, bem de acordo com o autoritário quadro político-institucional da época, que delegava integralmente à burocracia estatal os mecanismos de fiscalização e controle, os enfoques educativos e participativos foram relegados a um plano secundário, quando não, totalmente banidos ou tidos como prejudiciais à ordem política vigente.

A nefasta herança de tal modelo foi a concretização de uma postura de apatia por parte da população, no sentido de participar em negociações em defesa do meio ambiente, além da falta de credibilidade e confiança na ação dos órgãos oficiais, dificultando, ou mesmo impedindo, a mobilização de segmentos representativos da comunidade e postergando, através de mecanismos jurídicos e burocráticos, o encontro de possíveis soluções. Apenas após a repercussão nacional e internacional, decorrente do crítico episódio de poluição atmosférica que atingiu, na madrugada de 02 de junho de 1975, os bairros centrais de Santo André, obrigando o poder público a retirar parte da população de suas habitações e dar conta no congestionamento de hospitais e centros de saúde, surgiriam os primeiros grupos de moradores cobrando soluções por parte das autoridades.

A edição número nove (junho de 1963) reproduziu denúncia de renomado cientista soviético, quanto ao perigo da contaminação do organismo humano por partículas atômicas ingeridas através de alimentos contaminados. Reproduz ainda o novo regimento interno da CICPAA, fruto de sugestões apresentadas pelos consultores internacionais aos gestores da entidade. Em relação à Subcomissão de Divulgação Educativa ficaram definidas três novas finalidades: a) atuar junto às escolas, associações culturais, imprensa, rádio e televisão; b) promover conferencias, distribuição de impressos e campanhas; c) coligir dados sobre experiências similares em outros países e divulgar estudos comparativos.

Parte significativa da edição de número dez (setembro de 1963) é dedicada a relatar a participação da CICPAA no "Segundo Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária" e no "Primeiro Simpósio Nacional de Poluição do Ar e da Água". A comunicação técnica da Comissão, em ambos eventos, levou o título de "Financiamento dos programas de controle da poluição no ABC". Na mesma edição do *Boletim* é abordada a questão dos efeitos da poluição do ar sobre a saúde, em especial a possibilidade de ocorrer correlação entre poluentes e câncer de pulmão em áreas de elevada industrialização. É apresentada ainda uma lista de indústrias da região que estavam colaborando com doações financeiras para os trabalhos da CICPAA. Tal possibilidade

estava prevista no convênio que deu origem à comissão, assinalando uma postura inovadora no modelo de gestão pública adotado no Brasil, embora tal procedimento fosse seguido por vários países europeus, com destaque para a Inglaterra, país no qual a legislação ambiental prevê a responsabilidade das indústrias pela manutenção de diversas ações dos órgãos de controle e de fiscalização, adotando por princípio a máxima argumentação segundo a qual: "quem polui paga".

Trata-se de conceito radicalmente oposto ao da legislação brasileira, segundo a qual cabe ao poder público (a sociedade em última instancia), arcar por toda espécie de dano ocasionado ao meio ambiente. A lisura do processo, adotado em alguns países europeus, fica por conta da presença atuante, nos conselhos das entidades de controle de uma representação comunitária autentica e ativa, incluindo a imprensa.

Desde o exercício de 1961, até o final de 1965, a participação do empresariado constituiu parcela significativa no orçamento anual da CICPAA. Em 1961 correspondia a 25% do orçamento; em 1962 passou para 35,4%; 12,2% em 1963 e, finalmente, 14,4% em 1965. A partir de 1966 o aporte financeiro passou a ser totalmente integralizado pelas prefeituras municipais. A presença do empresariado, financiando uma entidade que cuidava de fiscalizar e controlar os danos ao meio ambiente oriundos da atividade industrial pode, numa abordagem simplista, parecer contraditória à lógica que rege a ação dos órgãos da administração pública brasileira em seus três níveis de ação (federal, estadual e municipal). Contudo, considerando a fragilidade legal que respaldava os trabalhos da CICPAA, além da exiguidade de seu orçamento e quadro funcional é significativo ressaltar o permanente cuidado da direção da CICPAA, no sentido de evitar ou mediar os conflitos inerentes aos interesses poderosos que estavam em jogo.

Em março de 1964 surge o *Boletim* de número onze, que apresenta meticuloso balancete sobre os resultados da análise de dezesseis parâmetros químicos coletados regularmente em sete pontos distintos do Rio Tamanduateí. O roteiro de coleta tinha início em Mauá na Cerâmica Miranda Coelho, seguindo até a divisa de São Caetano do Sul com a cidade de São Paulo, local onde o Tamanduateí recebia as águas de seu tributário Rio dos Meninos. Ficou constatado que, logo após o recebimento de volumosa carga poluidora na divisa entre Mauá e Santo André, o rio estava tecnicamente morto ao adentrar o espaço geográfico de Santo André. Enquanto a DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), medida no primeiro ponto logo após a nascente em Mauá, havia atingido, em 1963 uma média de 2,57mg, indicando uma água de boa qualidade, o rio chegava na divisa com o município de São Paulo, após atravessar Santo André e São Caetano com

um valor de 147,08mg, valor indicativo de uma água inapta para qualquer tipo de uso, inclusive para finalidades industriais.

O exemplar doze, datado de abril de 1965, trata da inauguração, em 02 de abril de 1965, do novo e amplo laboratório instalado em São Caetano do Sul, equipado pela Organização Mundial da Saúde e localizado na parte inferior de edifício construído pela Prefeitura Municipal no bairro Fundação, então denominado como Palácio dos Esportes. A partir desta data começa a transferência do pessoal e equipamentos localizados em Santo André e precariamente instalados num barracão de madeira remanescente das festividades do IV Centenário de Santo André em 1953. Ainda na mesma edição do *Boletim* é informado que "em 50 locais da região do ABC", estavam sendo feitas medições regulares dos seguintes poluentes atmosféricos: anidrido sulfuroso, poeira sedimentável (orgânica e inorgânica) e índice de corrosividade. Um laboratório móvel estava percorrendo locais estratégicos, coletando amostras de água e ar, ampliando o alcance das avaliações ambientais e possibilitando ações fiscalizadoras de maior porte.

Uma matéria especial da mesma edição é dedicada à questão dos parâmetros meteorológicos da região do ABC, em especial o efeito danoso representado pelas frequentes "inversões térmicas", fenômeno natural que impede a dispersão dos poluentes, especialmente nos meses de inverno, redundando assim em episódios críticos e danosos à saúde pública. Para avaliar cientificamente tal parâmetros a CICPAA contratou meteorologistas e instalou em três locais estratégicos: Paço Municipal de São Caetano do Sul; proximidades da Estação Ferroviária de Mauá e Estação de Coleta e Tratamento de Águas no Riacho Grande, modernas estações meteorológicas que registravam continuamente parâmetros como: velocidade e direção dos ventos, temperatura, humidade, índice pluviométrico e diversos índices de qualidade do ar. Dessa maneira tornou-se factível medir e comparar a variação da qualidade do ar que ocorria entre o local de entrada dos ventos, na maior parte do tempo oriundos do litoral e Serra do Mar, e comparar com a qualidade medida em São Caetano do Sul, após atravessar toda região e seguir em direção a São Paulo.

A mesma edição transcreve o texto da Lei 1.336, de 9 de fevereiro de 1965, autorizando o prefeito de São Caetano do Sul a baixar por decreto, normas e limites de poluição das águas e do ar, bem como "medidas correlatas, segundo parecer técnico da CICPAA". Tal legislação, inédita no Brasil, possibilitaria um maior rigor nas ações da CICPAA, demonstrando a maneira objetiva e articulada como vinham sendo desenvolvidos os trabalhos na região.

A edição treze (novembro de 1965) apresenta diversas tabelas com os resultados das análises da qualidade do ar, realizadas a partir de 01 de janeiro de 1965, numa rede de 50 estações de monitoramento, espalhadas pela região do ABC, e processadas no novo e moderno laboratório da CICPAA instalado em São Caetano do Sul. Os primeiros dados confirmavam a hipótese formulada pelos consultores e técnicos da CICPAA, segundo a qual os municípios de Mauá, Santo André e São Caetano, estariam mais sujeitos aos efeitos danosos da poluição, pelo fato de estarem geograficamente situados ao longo do vale do Rio Tamanduateí, onde episódios de inversão ocorriam com maior frequência, dificultando a dispersão dos poluentes. Acrescente-se ao fator meteorológico desfavorável o fato de parcela significativa das principais indústrias localizadas em São Caetano do Sul e Santo André, remontar aos primeiros anos do Século XX, não dispondo de métodos produtivos modernos e/ou equipamentos adequados no sentido de minimizar o lançamento de poluentes no ar e na água. Tratavam-se de estabelecimentos industriais remanescentes do estágio inicial da industrialização da região, uma época na qual as chaminés fumegantes, odores desagradáveis e os estridentes apitos assinalando as jornadas de trabalho, eram vistos como sinal de progresso, modernidade, bons salários e consumo ilimitado dos bens naturais, variáveis fundamentais para a compreensão daquilo que na atualidade denominamos como "sociedade de consumo" a qual, segundo Vilma Rosa Ramos:

> Sociedade de consumo é um termo usado para designar a fase mais contemporânea do capitalismo, em que o crescimento econômico e a geração de lucro são majoritariamente pautados no consumo. Para se manter a estrutura, estimula-se o consumo, que alimenta a produção, que gera mais consumo, que gera mais produção.... Num ciclo vicioso infinito (RAMOS,2017, p.43).

Tabela 1. Índices de Poluição do Ar no ABC (média anual para 1965)

	Sulfatação Mg.SO3/100cm2/dia	Corrosão Gramas/m2/30dias	Poeira em Suspensão Gramas/m2/30 dias
Santo André	0,53	56,67	4,06
São Bernardo	0,38	39,04	3,79
São Caetano	0,72	67,54	4,83
Mauá	1,01	77,11	5,68

Fonte: Boletim CICPAA. Vol.13. Novembro de 1965

A preocupação com a deterioração do meio ambiente somente passará a ser contemplada, na agenda das grandes questões da humanidade, a partir do início da década

de 1970 em decorrência dos movimentos ecologistas surgidos principalmente nos Estados Unidos, culminando com as grandes manifestações ocorridas em diversas cidades norte-americanas em 22 de abril de 1970, data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para comemorar o Dia Internacional da Mãe Terra. No Brasil o sinal de alerta ocorreria a partir do anteriormente mencionado episódio de poluição do ar que atingiu, na madrugada de junho de 1975, alguns bairros de Santo André. Posteriormente constatou-se que o episódio fora ocasionado por uma conjunção entre uma vigorosa inversão térmica e lançamento indiscriminado de poluentes por parte de empresas produtoras de fertilizantes.

Nota inserida na décima terceira edição do *Boletim* dava conta da realização de uma reunião entre os prefeitos e técnicos da CICPAA com o engenheiro William A. Xantem, consultor da Organização Mundial da Saúde, para assuntos relacionados à disposição do lixo doméstico. Na oportunidade foi recomendada urgência na extinção dos denominados "lixões", localizados na periferia dos municípios, desprovidos de qualquer planejamento, quase sempre com incineração a céu aberto, redundando no agravamento da poluição atmosférica, contaminação do lençol freático, além de constituir foco de disseminação de insetos e roedores.

Lançada em agosto de 1967 a edição de número quatorze viria a ser o derradeiro exemplar da publicação. Foi lançada quando da inauguração da Biblioteca Técnica da CICPAA, em conjunto com nova ampliação do laboratório instalado em São Caetano do Sul. Nesta edição é apresentado extenso histórico das atividades desenvolvidas desde a criação da Comissão, um resumo dos dados de qualidade do ar em 1966, informações meteorológicas coletadas na região, síntese dos dados sobre a qualidade das águas do Tamanduateí e, em anexo, três mapas coloridos ilustrando valores e distribuição dos poluentes atmosféricos coletados nas 50 estações de amostragem em funcionamento na Região do ABC.

No mesmo período estavam ocorrendo as primeiras negociações para a transferência da estrutura física e humana da CICPAA para Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, visando ampliar a área de atuação para a capital e interior paulista, fato que será concretizado em 1971, quando ocorre a criação da SUSAM (Superintendência de Saneamento Ambiental). Por motivos desconhecidos o *Boletim Cicpaa* deixa de ser publicado, exatamente no período em que são iniciadas tais tratativas com o governo estadual. Fruto dessa aproximação foi um convênio assinado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, passando a Cicpaa a operar 30 estações de medição da qualidade do ar,

distribuídas pelos bairros da capital paulista, inclusive dois polos de medição de parâmetros meteorológicos e de qualidade do ar, um instalado no interior do prédio do Corpo de Bombeiros na Praça Clovis Bevilacqua, e outro ao lado da antiga Estação Rodoviária na Praça Júlio Prestes. Os resultados de tais avaliações, pioneiras na cidade de São Paulo, são desconhecidos pela inexistência de uma publicação técnica similar ao *Boletim Cicpaa* no período 1968 a 1971. Restaram apenas notícias esparsas registradas em periódicos da cidade de São Paulo, como é o caso da matéria "A poluição da capital supera a do ABC" publicada em *O Estado de S.Paulo* em 18 de julho de 1968:

> O ar que se respira nos melhores bairros residenciais de São Paulo, como Jardim Europa, Jardim América, ou mesmo no Morumbi, não é tão puro como se pensa: a poluição é maior ainda do que em muitos bairros do ABC, região até há pouco considerada pelos técnicos como das que apresentavam maior índice de contaminação atmosférica do Estado de São Paulo [...] é a conclusão de longa pesquisa realizada por técnicos da CICPAA.

Durante a existência da CICPAA três edições especiais do *Boletim* foram publicadas. Uma não menciona data, porém pela leitura do texto, constituído por uma compilação das principais leis, decretos, regulamentos e portarias, federais, estaduais e municipais, existentes no Brasil, presume-se ser uma edição de 1961. O segundo número reproduz a íntegra do anteriormente mencionado relatório do consultor Ricardo Haddad e datado de 1962. A terceira edição especial surgiu em setembro de 1965, quando da realização em Curitiba do III Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária, e que tem por título: "Aspectos sobre padrões de poluição das águas na Região do ABCM".

Da fase final da Cicpaa os dados coletados devem estar armazenados em algum arquivo morto da estrutura do governo estadual ou sobrevivendo na memória dos técnicos pioneiros que passaram pela CICPAA, posteriormente pela SUSAM (Superintendência de Saneamento Ambiental) e, finalmente, a partir de 1975, pela CETESB (atual Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Da leitura atenta dos exemplares do *Boletim Cicpaa* uma amarga constatação: na atual pauta de discussões e cobranças das heroicas e persistentes entidades ambientalistas do Grande ABC os mesmos temas detectados há décadas. A lição que se extrai da trajetória da CICPAA, apenas um caso entre tantos outros conhecidos, assinala a dificuldade do poder público no sentido de consolidar medidas eficientes de defesa do meio ambiente e que estejam articuladas com os anseios da sociedade civil.

Referências bibliográficas:

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do Jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes,1985

_____. **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

KOCH, Ingedore Grunfeld Nillaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, Vera Rosa. Pensando o Meio Ambiente. **Revista Sociologia**: São Paulo. Editora Escala, p.43, outubro 2017.